jacto

MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S.A.

CNPJ nº 55.064.562/0001-90

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		657.389	639.001
Aplicações financeiras		5.262	7.801
Contas a receber de clientes		593.736	648.093
Estoques	4	641.524	625.457
Impostos a recuperar		66.688	192.793
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		29.400	-
Outras contas a receber		17.030	13.596
		2.011.029	**2.126.741**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras		28.271	28.042
Impostos a recuperar		26.899	18.754
Depósitos judiciais		1.678	1.477
Outras contas a receber		21.474	10.567
Outros investimentos		1.031	839
		79.353	**59.679**
Investimentos	12	39.653	64.208
Ativos de direito de uso		14.698	11.480
Imobilizado	6	1.259.806	1.038.532
Intangível	5	12.555	13.032
		1.406.065	**1.186.931**
Total do ativo		**3.417.094**	**3.313.672**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	8	180.943	294.678
Passivo de arrendamento		9.786	7.731
Empréstimos e financiamentos	9	1.048	16.490
Impostos e contribuições a recolher		17.531	13.864
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	7.279
Salários, férias e contribuições a pagar		98.266	109.672
Dividendos a pagar		482.241	380.867
Adiantamentos de clientes		5.078	19.567
Provisões	10	28.859	46.418
Outras contas a pagar		5.477	4.929
		829.229	**901.495**
Não circulante			
Fornecedores	8	40	190
Empréstimos e financiamentos	9	311.332	231.652
Impostos e contribuições a recolher		3.487	3.651
Passivo de arrendamento		5.285	4.878
Provisão para contingências		1.872	1.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos		47.818	46.803
		369.834	**288.754**
Total do passivo		**1.199.063**	**1.190.249**
Patrimônio líquido			
Capital social	13	1.588.050	1.277.510
Ajustes de avaliação patrimonial		24.880	49.340
Reserva de Lucros		605.101	796.573
Total do Patrimônio líquido		**2.218.031**	**2.123.423**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.417.094**	**3.313.672**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de reais

	2023	2022
Receita operacional líquida	3.245.757	4.032.372
Custo dos produtos vendidos	(1.977.109)	(2.415.663)
Lucro bruto	**1.268.648**	**1.616.709**
Despesas com vendas	(401.731)	(422.426)
Despesas administrativas	(181.113)	(182.834)
Despesas com gastos de pesquisa	(125.029)	(107.346)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16.948	21.746
Participação nos lucros de controlada	(2.674)	19.401
Lucro operacional	**575.049**	**945.250**
Despesas financeiras	(36.698)	(37.987)
Receitas financeiras	112.407	89.381
Variação cambial, líquida	(10.868)	(11.938)
Resultado financeiro	**64.841**	**39.456**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**639.890**	**984.706**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(207.786)	(355.762)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1.015)	38.610
Lucro líquido do exercício	**431.089**	**667.554**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**431.089**	**667.554**
Itens a serem posteriormente classificados para o resultado:		
Variação cambial de investida no exterior	(21.881)	(1.469)
Resultado abrangente do exercício	**409.208**	**666.085**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

			Reservas de lucros				
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros a deliberar	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2.021	**1.013.570**	**54.056**	**118.489**	**515.663**	**13.523**	**-**	**1.715.301**
Aumento de capital social	263.940	-	-	(263.940)	-	-	-
AGE de 04 de novembro de 2022	-	-	-	(251.723)	-	-	(251.723)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	(1.469)	-	-	-	-	(1.469)
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	(3.247)	-	-	-	3.247	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	667.554	667.554
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	10.089	(10.089)	-
Reserva legal	-	-	33.378	-	-	(33.378)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(6.240)	(6.240)
Lucros à disposição da Assembleia	-	-	-	621.094	-	(621.094)	-
Em 31 de dezembro de 2.022	**1.277.510**	**49.340**	**151.867**	**621.094**	**23.612**	**-**	**2.123.423**
Aumento de capital social	310.540	-	-	(310.540)	-	-	-
Aprovação para distribuição de lucros conforme AGE de 08 de novembro de 2023	-	-	-	(310.554)	-	-	(310.554)
Variação cambial de investida localizada no exterior	-	(21.881)	-	-	-	-	(21.881)
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	-	(2.579)	-	-	-	2.579	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	431.089	431.089
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	5.053	(5.053)	-
Reserva legal	-	-	21.554	-	-	(21.554)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(4.046)	(4.046)
Lucros à disposição da Assembleia	-	-	-	403.015	-	(403.015)	-
Em 31 de dezembro de 2.023	**1.588.050**	**24.880**	**173.421**	**403.015**	**28.665**	**-**	**2.218.031**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**639.890**	**984.706**
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	76.569	69.154
Resultado da equivalência patrimonial	2.674	(19.401)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	276	169
Operações com derivativos (não realizadas)	(1.426)	(1.012)
Juros provisionados de empréstimos e passivos de arrendamento	23.717	13.613
Provisão (reversão) de PLR	(13.200)	14.940
Provisão (reversão) para baixa de ativo imobilizado	-	(7.133)
Provisão (reversão) para garantia	(8.600)	6.634
Provisão (reversão) para comissões sobre vendas	(1.095)	(1.895)
Provisão (reversão) de despesas, custos e serviços	(7.863)	6.872
Provisão (reversão) para contingências	292	548
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(19)	760
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	165	746
Variações nos ativos e passivos:	**711.380**	**1.068.701**
Contas a receber	45.480	(106.304)
Estoques	(16.233)	(56.638)
Impostos a recuperar	13.364	108.735
Outras contas a receber	(12.916)	(3.678)
Depósitos judiciais	(202)	(1.012)
Fornecedores	(89.644)	44.185
Impostos a recolher	72.399	(46.544)
Salários, férias e contribuições a pagar	1.795	22.260
Adiantamento de clientes	(14.490)	(12.603)
Outras contas a pagar	551	(12.793)
Caixa gerado pelas operações	**711.484**	**1.004.309**
Apropriação de encargos financeiros de juros de passivo de arrendamento	2.016	(1.435)
Juros pagos por empréstimos	(22.908)	(13.300)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(208.801)	(339.937)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**481.791**	**649.637**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	2.311	(35.843)
Aquisição de ativo imobilizado	(303.362)	(432.281)
Aquisição de ativo intangível	(2.263)	(3.527)
Aquisição de participação societária	(192)	-
Recebimentos de vendas de ativo imobilizado	2.486	3.032
Caixa liquído aplicado nas atividades de investimentos	**(301.020)**	**(468.619)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(213.226)	(99.905)
Captação de empréstimos	76.712	153.425
Amortização de passivos de arrendamento	(19.219)	(13.799)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.650)	(10.556)
Caixa liquído gerado nas atividades de financiamento	**(162.383)**	**29.165**
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa, liquído	**18.388**	**210.183**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**639.001**	**428.818**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**657.389**	**639.001**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Máquinas Agrícolas Jacto S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Pompéia - SP, tem como objeto social a indústria, comércio, importação, exportação, representação comercial e a prestação de serviços de; a) máquinas e implementos agrícolas; b) embalagens, recipientes, vasilhames, tanques, caixas, paletes, dispositivos para acondicionamento e transporte de bens, peças componentes, acessórios e artefatos em matéria plástica, fibras de vidro, cerâmica, borrachas e compósitos, para indústria química, alimentícia, mecânica, material elétrico e eletrônico, automotiva, de máquinas agrícolas, construção civil, transporte logística, e agropecuária; c) veículos e equipamentos terrestres, hidroviários e náuticos, autopeças e acessórios em geral; d) utensílios, aparelhos e equipamentos elétricos, eletrônicos de uso doméstico ou industrial; e) produtos e substâncias químicas; e f) sistemas, aparelhos e equipamentos de tratamentos de água e efluente, bem como a participação em outras sociedades como acionistas.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

3 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio apurada na data da transação

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Instrumentos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

5 Ativos intangíveis

Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e veículos na data de transição para CPC.

O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, em anos:

	Anos
Máquinas e equipamentos	17
Edifícios e construções	60
Ferramentas	5
Móveis e utensílios de escritório	9
Veículos	6
Equipamentos de informática	5
Embalagens retornáveis	4

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a diretoria da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

8 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

10 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

12 Investimentos

	2023	2022
Em controlada - Multijacto S.A.	39.653	64.208

A Multijacto S.A. é uma empresa comercial importadora e exportadora localizada na Argentina e atua em termos gerais em todos os mercados agrícolas onde existe a necessidade de pulverização para aplicação de herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes líquidos, fornecendo equipamentos pulverizadores da marca Jacto de variadas dimensões e características, incluindo lavadoras de alta pressão.

13 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de 90.201.805 ações (2022 - 90.201.805 ações), sendo 84.622.013 ações ordinárias e 5.579.792 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal (2022 - 84.622.013 ações ordinárias e 5.579.792 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve integralização de capital social com lucros do exercício de 2022 no montante de R$ 310.540. Não houve aporte de recursos financeiros no exercício de 2023 para integralização de capital.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se às parcelas de subvenção concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, transferidas para a rubrica de reserva de incentivos fiscais, observando o disposto no artigo 1º da Medida Provisória 2.199/14. O benefício fiscal foi concedido à unidade operacional da Divisão Plásticos, sediada na cidade de Maracanaú-CE. Tal reserva só poderá ser utilizada para integralização de capital ou absorção de prejuízos.

Dividendos

O estatuto social, em seu artigo 41b, determina a distribuição de um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício para as ações ordinárias. De acordo com artigo 42 do referido estatuto social, a Assembleia Geral pode, desde que não haja qualquer oposição de acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferior ao estatuto social, ou a retenção de todo o lucro líquido do exercício. A proposta feita pela diretoria será deliberada por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas (AGO) a ser realizada durante o exercício de 2024.

Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde à ajustes por adoção da Lei 11.638/07, em decorrência da aplicação do CPC 27 - Ativo Imobilizado. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de ajuste de avaliação patrimonial para lucros e prejuízos acumulados e posteriormente para reserva de lucros.

Ajuste acumulado de conversão

Decorrente das variações cambiais de investimento de subsidiária localizada no exterior.

Lucros a deliberar

Após a constituição da reserva de incentivos fiscais, reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo remanescente de lucros do exercício são colocados à disposição para serem deliberados por ocasião da Assembleia Geral dos acionistas a ser realizada durante o exercício de 2024.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas empresas relacionadas, às quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

15 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (informação não auditada) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Seiji Bernardes Nishimura – Presidente Corporativo
Jorge Nishimura – Vice-Presidente Corporativo
Fernando Gonçalves Neto – Diretor Presidente Executivo de Divisão "Agrícola"
Gabriel Pires Gonçalves – Diretor Presidente Executivo de Divisão "Plástica"
Carlos Daniel Haushahn – Diretor Presidente de Divisão "Portáteis"
Franklim Shunjiro Nishimura – Diretor Corporativo
Nilson Nilvio Schemmer – Diretor Corporativo
Marcos Antonio Ribeiro – Diretor Corporativo
Pedro Estevão Bastos de Oliveira – Diretor
Fabiano Ricardo da Costa Perez – Diretor
Sergio Sartori Junior – Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Seiji Bernardes Nishimura - Presidente
Jorge Nishimura - Vice-presidente e Secretário
Franklim Shunjiro Nishimura - Conselheiro
Lyo Nishimura - Conselheiro
Martin Mundstock - Conselheiro
Roberto Naves Souza Aguiar - Conselheiro

CONTADOR

Luiz Carlos Martessi Vinholo
CRC 1SP145441/O-9

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 18/04/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/18/JACTO1575486118042024.pdf
Hash:17133744051547fd117a3047f2a5149e18f536c562